



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 06 • 29/08 a 11/09/04 • ISSN 1809-6182

Análises

02/09/2004 – Economia Venezuelana: setor privado x setor públicop.01

Após a vitória no referendo, o governo de Hugo Chávez tenta a recuperação da estabilidade e da atividade econômica do país, tendo que lidar com a oposição interna e externa.

10/09/2004 – Missão de paz e grupos armados no Haiti.....p.04

O grande crescimento da economia estadunidense, nos dois primeiros quartos do ano de 2004, pode ser considerado como satisfatório, porém há alguns problemas que colocam limites à possibilidade de sustentar esse crescimento.

Resenhas

09/09/2004 – Convenção Republicana e a confirmação da candidatura de Bushp.06

A pouco menos de dois meses das eleições nos Estados Unidos, o Partido Republicano realiza sua Convenção, que confirmou George W. Bush como candidato à reeleição.

09/09/2004 – O rombo nas contas públicas do governo estadunidensep.08

O déficit produzido pela guerra contra o terror é o maior de toda a história dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial.

09/09/2004 – Tensão no Cáucasop.10

Acontecimentos como a queda provocada de aviões no sul da Rússia, as explosões no metrô de Moscou e a recente tomada de reféns na Ossétia do Norte evidenciam o acirramento das tensões na região do Cáucaso.

Economia Venezuelana: setor privado x setor público

Análise
Segurança / Economia e Comércio

Vinicius Alvarenga
02 de setembro de 2004

Após a vitória no referendo, o governo de Hugo Chávez tenta a recuperação da estabilidade e da atividade econômica do país, tendo que lidar com a oposição interna e externa.

Após a confirmação da permanência de Hugo Chávez na presidência do governo venezuelano, com o referendo realizado em agosto, a Venezuela tenta superar a instabilidade política que contribuiu para o fraco desempenho econômico observado nos últimos anos. Agora, com a possibilidade de estabilização política, o governo venezuelano terá que lidar com os problemas que ameaçam a economia do país.

A Venezuela conta atualmente com um projeto governamental de “esquerda”, ou voltado para o social, que se deveu à instauração da Constituição Bolivariana, no governo do presidente Hugo Chávez. Tal constituição é a base de um Estado que se opõe ao chamado projeto neoliberal. A nova constituição alterou os rumos políticos e econômicos venezuelanos e promoveu a reestatização no país, com o controle do Petróleo – a principal atividade econômica – passando para as mãos do governo, o mesmo ocorrendo com outros setores-chave da economia do país.

O projeto Bolivariano, porém, desagrada a elite venezuelana, pois prevê uma intervenção estatal na economia, com privatizações e criações de estatais, o que é, obviamente, contra os interesses da

elite.

Algumas estatais recentemente criadas como a empresa aérea Conviasa e a empresa de telecomunicações CVG Telecom, que competirá diretamente com a CANTV, a maior corporação privada do setor, contribuem para insatisfação de alguns setores privados venezuelanos. A existência de grandes e pequenas estatais, se configura, na visão do governo venezuelano, como uma alternativa, a longo prazo, para a predominância do capital externo na economia venezuelana.

A situação econômica da Venezuela é de recuperação, após uma crise relacionada a problemas políticos. A incerteza política antes existente aumentava a desconfiança do capital e contribuía para afastar o investimento no setor privado, que tinha sua atividade recrudescida. A falta de transparência e os riscos advindos da adoção da constituição bolivariana contribuíam para aumentar o risco de se fazer negócios no país.

A falta de investimentos resultou no altíssimo desemprego, de cerca de 15,5%, uma massa de 2 milhões desempregados. Esse dado, porém, representa uma sensível melhora em relação ao ano de 2003, quando o desemprego alcançou 19,3% da população. Junto ao enorme desemprego, outro grave problema social

na Venezuela é a grande parcela da população vivendo na pobreza, sendo cerca de 55% da população de 25 milhões de habitantes nessa condição, e 16% destes, classificados como extremamente pobres.

Tanto o setor público, como o setor privado, vinham demonstrando uma queda. O PIB do setor público caiu 9,4% de 2002 pra 2003, e o do setor privado caiu 9,3%. A indústria manufatureira sofreu um declínio, assim como a maioria das atividades industriais no setor privado, devido à demanda doméstica persistentemente baixa.

O setor privado – representado pelas Fedecâmaras – decidiu, recentemente, abrir um diálogo com o governo de Hugo Chávez, para por fim ao confronto com o setor público. A questão da reforma agrária, com a desapropriação de terras improdutivas, ainda é motivo de contencioso entre os dois lados.

A alta do petróleo contribui para amenizar os problemas econômicos. A Venezuela, como 5º maior exportador de petróleo do mundo, tem esse setor como sua maior atividade econômica e um dos maiores responsáveis pelo desempenho econômico e pelo crescimento do país. Até o segundo semestre desse ano a Venezuela teve um crescimento do PIB de 13,6%, contra uma queda de 9,5% no mesmo período em 2003, quando o país estava em crise política.

As exportações não ligadas ao setor petrolífero também tiveram aumento no primeiro semestre de 2003, em cerca de 4,1 bilhões de dólares, contra 2,2 bilhões no mesmo período de 2003. O crescimento de 81% de Janeiro a Junho, conforme o governo, é dito como sendo fruto de incentivos financeiros à exportação. Outro fator que pode colaborar para o aumento das exportações Venezuelanas é o recente ingresso do país no Mercosul, como membro associado ao bloco.

O governo do presidente Hugo Chávez, aproveita-se da alta do petróleo para

realizar investimentos no setor público, principalmente saúde e educação, e não facilita o acesso do setor privado ao crédito. Isto desagrade a elite venezuelana, que considera que o país está rumando a um projeto semelhante ao da Cuba comunista.

Porém, um dos motivos que contribuiu para a permanência de Chávez no poder é justamente sua preocupação com a situação social calamitosa do país, o que incentivou a maioria da população que sofre com tal problema a votar pela permanência de um governo que demonstre se importar com os problemas do povo.

Para a elite venezuelana e alguns analistas estrangeiros, o governo de Hugo Chávez conseguiu reunir grande base de apoio, de forma populista. Sua política intervencionista e seu controle sobre a economia, juntamente com sua retórica anti-capitalista e anti-estadunidense, constituiriam um perigo para a economia do país, gerando desconfiança do capital e desestimulando o setor privado.

Apesar da importância da participação do setor privado, o governo venezuelano não é dependente do mesmo, tendo em vista o controle estatal da maior atividade econômica do país, que é o setor petrolífero. Assim, Chávez possui formas de resistir às pressões internas dos opositoristas e manter equilibrada a economia, dependendo apenas da produção de petróleo e dos preços internacionais da *commodity* para um desempenho econômico satisfatório.

Referência

[Folha de São Paulo](#)

[Latin Focus](#)

[Venezuela Analysis](#)

Ver também:

17/06/2004 - [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)

19/08/2004 - [Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?](#)

Missão de paz e grupos armados no Haiti

Análise
Segurança / Desenvolvimento

Bárbara Gomes Lamas
10 de setembro de 2004

Analisa-se a situação da missão de paz da ONU no Haiti, a ação de grupos de ex-militares e suas implicações políticas.

Segundo declarações do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, a lei ainda não pode ser considerada eficaz no Haiti e grupos armados continuam a minar as instituições do país. Desde julho de 2004 a tensão entre a polícia e rebeldes tem aumentado; são diversos os casos de violência, invasões de casas e atividades de gangues. No fim de agosto, um ministro francês foi atacado, enquanto ex-soldados que ajudaram o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide tomaram o controle de uma cidade no sul do Haiti e desafiaram a ONU a tirá-los de lá.

A crise no país se intensificou em fevereiro de 2004, quando o então presidente Jean-Bertrand Aristide renunciou e fugiu do país. Logo depois, uma força multilateral liderada pelos Estados Unidos foi para o Haiti, para tentar estabilizá-lo e manter a segurança. Em 01º de junho, o Brasil assumiu o comando da MINUSTAH (Missão da ONU de Estabilização no Haiti), com contribuição do Chile, da Argentina e de 10 outros países, que incluíam 8000 tropas e polícia militar, com o intuito de desarmar a população (estima-se que são mais de 16000 militantes), reformar a polícia e estabelecer o estado de direito.

A missão era vista, pelo governo

brasileiro, como uma oportunidade de ampliação da atuação do Brasil no âmbito internacional, de forma que a referência como ator eficaz na pacificação e na restauração da ordem em um país em crise lhe fortaleceria a candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança [ver [Tropas brasileiras no Haiti](#)]. Isso se tudo corresse como previsto e a ordem fosse realmente restaurada no país.

Contudo, o empreendimento brasileiro está passando por algumas dificuldades nas últimas semanas, que podem comprometer os objetivos da missão brasileira. Ex-militares, estimados em até 4 mil homens, promoveram uma série de invasões a prédios públicos em pelo menos quatro cidades, num claro desafio ao governo provisório, e não às tropas da ONU. Suas reivindicações são antigas, querem pensões, salários atrasados, leis que os proteja. Ademais, a atuação destes grupos é antiga e conta com o apoio da população, já que em muitos lugares garantem a ordem, administrando a segurança como se fossem uma força legal.

Desempenhando papéis “quase-oficiais”, nos termos do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a legitimidade das instituições haitiana é enfraquecida. Com

isso, desafia-se, pelo menos indiretamente, as tropas da missão de paz, uma vez que um de seus objetivos era exatamente restaurar o estado de direito, isto é, restaurar a confiança da população nas instituições, fazê-las funcionar, além de desarmar a população – o que não está acontecendo.

Um dos argumentos utilizados para justificar o relativo “fracasso” da ação brasileira é o número reduzido do efetivo com que vem trabalhando: dos quase 8 mil homens previstos, menos de 3 mil estão no Haiti, sendo que 1.200 são brasileiros. Assim, as tropas não conseguem controlar todas as áreas do país, abrindo espaço para a atuação de grupos armados. Há, também, o fator subdesenvolvimento, que é uma das causas atribuídas a boa parte da insegurança vivida pela população local. De fato, o Haiti é um dos países mais pobres do mundo, sem infra-estrutura suficiente (estradas, pontes e eletricidade) e taxa de desemprego de 60%, segundo o site BBC News. E tais problemas não são resolvidos com ação militar e tropas de paz, mas com investimentos – e isto não cabe às tropas de paz lideradas pelo Brasil.

Referência

[BBC News](#)

[Crisisweb](#)

[Defesanet](#)

[Folha de São Paulo](#)

<http://www.alertnet.com/>

[IPS](#)

[Ministério das Relações Exteriores](#)

Convenção Republicana e a confirmação da candidatura de Bush

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Jéssica Naime
09 de setembro de 2004

A pouco menos de dois meses das eleições nos Estados Unidos, o Partido Republicano realiza sua Convenção, que confirmou George W. Bush como candidato à reeleição.

A Convenção Nacional do Partido Republicano realizada na quinta-feira 02 de setembro, em Nova York, confirmou a candidatura à reeleição do presidente George Bush. A convenção trouxe alguns fatos à tona e foi marcada por ataques ao concorrente do partido democrata John Kerry e seu vice John Edwards e também por um tom bastante ufanista.

Bush, que discursou por cerca de uma hora, apontou o que acredita que sua gestão teria alcançado e os novos objetivos para os próximos quatro anos, isso se for eleito. Destaca, dentre outros, uma melhora do ensino infantil, ampliação dos serviços médicos, crescimento da economia e o aumento em três vezes do fundo para segurança nacional. Quanto às propostas, Bush não apresentou detalhes quanto à sua execução e notou-se um certo tom familiar nelas.

No entanto, seu maior enfoque foi quanto à política de segurança nacional, com o lema “por um mundo mais seguro”. O tom marcante dos discursos – outros republicanos influentes, dentre eles o governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger, também discursaram durante a convenção – foi a dita capacidade de Bush em lidar com a ameaça externa, o terrorismo e a

intervenção no Iraque. Bush se posicionou como “um líder forte e capaz de unir uma nação contra a ameaça do inimigo”, declaração esta que representa mais munição para os críticos em acusa-lo de espalhar o medo como tática política. Esse argumento de que um pulso firme é necessário para continuar conduzindo a política “anti-terror” é o ponto principal de sua campanha. Pode-se argumentar que isso viria a driblar a atenção do eleitorado, por causa das críticas que o governo Bush vem recebendo da oposição em função das políticas adotadas. Ele é acusado de ter privilegiado sua política beligerante em detrimento de investimentos em outras áreas, como a econômica e social, e isso explicaria a pressão que vinha sofrendo para mostrar bons resultados de crescimento do país.

Com relação à sua política “anti-terror” reafirmou sua estratégia de “trabalhar pela liberdade no Oriente Médio”. Ressaltou como resultados a captura de líderes terroristas, o “banimento do Talibã do governo afegão e libertação do Iraque, ambos numa perspectiva de instauração da democracia, o desmantelamento dos programas nucleares da Líbia e a morte ou detenção de parte dos membros da Al Qaeda”. Agradeceu brevemente aos aliados e aos militares envolvidos na guerra e seus

familiares pelo empenho dispensado.

O senador Zell Miller e o atual vice-presidente Dick Cheney lideraram um coro de republicanos empenhados em criticar Kerry, classificando-o como inadequado para liderar o país. Esses foram então acusados de se preocuparem mais em atacar o concorrente do que em apresentar as propostas de governo. Edwards, respondeu aos ataques afirmando que esta seria a melhor forma que os republicanos haviam encontrado de não mencionar assuntos polêmicos e delicados que vão desde a política externa, como o fato de não terem sido encontradas armas de destruição em massa no Iraque, até o fato de os EUA estarem passando por momento de altas taxas de desemprego.

Apesar de uma enorme excitação dos partidários republicanos durante os discursos, do lado de fora da convenção um grande número de pessoas manifestavam contra Bush e suas diretrizes políticas. Além disso, dois manifestantes foram retirados por seguranças ao invadirem a Convenção. Muitos estadunidenses protestam pelo fato de Bush ter empregado a nação numa guerra sem razões concretas, sacrificando milhares de vidas em sua investida militar no Iraque. Alguns manifestantes permanecem em vigília no centro de Nova York em protesto à política do presidente republicano.

Jornais europeus, por sua vez, destacaram o tom beligerante de Bush em seu discurso e a utilização dos atentados de 11 de setembro como artifício para sua reeleição. O *Le Monde Diplomatique* resumiu a posição desses jornais ressaltando a posição auto intitulada pelo presidente estadunidense de “comandante na guerra contra o terrorismo mundial”. Já os jornais espanhóis *El País* e *ABC* mostraram indignação quanto ao fato de a ajuda da Espanha na coalizão não ter sido nem sequer mencionada pelo presidente.

Depois da Convenção, Bush seguiu em

campanha por mais três estados – Wisconsin, Pensilvânia e Iowa, estados cuja vitória de Al Gore nas últimas eleições foi expressiva. A estratégia é angariar os votos dos eleitores indecisos, que somam cerca de 1% de todo eleitorado do país.

A Convenção pode ter impactado sobre as pesquisas de intenção de voto. Anteriormente à Convenção, Bush representava 46% das intenções de voto, em contraste com Kerry, com 44%. Ralph Nader, candidato independente, somava 5%. Após a convenção, em outra pesquisa realizada, Bush subiu para 52% contra 41% de Kerry e 3% para Nader. A margem de erro é de 4 (quatro) pontos percentuais. No entanto, especialistas alertam para resultados de pesquisas feitas durante a Convenção, pois podem refletir o momento onde as atenções estão voltadas somente para um partido e a diferença poderia não permanecer ao longo do tempo. Por outro lado, essas pesquisas poderiam também prever o resultado nas urnas, fato que só poderá ser confirmado no dia 02 de novembro.

Referência

[BBC News](#)

[CNN](#)

[Washington Post](#)

www.globo.com/bomdiabrasil

Ver também:

08/10/2004 - [O sistema eleitoral nos EUA](#)

O rombo nas contas públicas do governo estadunidense

Resenha
Economia e Comércio

Daniel Mendes
09 de setembro de 2004

O déficit produzido pela guerra contra o terror é o maior de toda a história dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial.

O déficit das contas públicas estadunidenses, de janeiro a dezembro de 2004, deve chegar a US\$ 422 bilhões estabelecendo assim um novo recorde (o anterior era de US\$ 375 bilhões no ano de 2003). Os republicanos comemoraram o número já que a previsão feita em janeiro era de um déficit ainda maior (US\$ 477 bilhões). Estes números contribuíram para esquentar a corrida à Casa Branca. John Kerry ironizou dizendo que só Bush poderia comemorar esse recorde. Ele ainda atacou dizendo que Bush prometeu que a guerra no Iraque custaria US\$ 1 bilhão e até agora já se foram US\$ 200 bilhões.

A administração do ex-presidente Bill Clinton deixou o governo com superávit fiscal, mas a política de Bush (cortar impostos de grandes empresários e empreendedores e aumentar gastos com defesa) levou o país do azul para o vermelho em tempo recorde. Qualquer que seja o próximo governo, terá que lidar com a situação e cortar gastos, mas em sua campanha Bush só fala em aumentar gastos com a defesa.

No dia 02 de setembro de 2004, o atual presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, promulgou um orçamento onde os gastos com a defesa estariam em torno de US\$ 417,5 bilhões no ano fiscal 2005.

Destes, US\$ 25 bilhões a mais para o Iraque e Afeganistão. O montante total é 4,5% maior do que o do ano fiscal que terminará agora em setembro, quando o presidente conseguiu do Congresso US\$ 87 bilhões extras para as operações no território iraquiano e afegão, considerados as duas frentes mais importantes na guerra contra o terrorismo.

Em sua mensagem para o orçamento ele diz que: "Nosso orçamento reflete a continua importância de prover a defesa e a segurança ao povo americano. Nós iremos continuar a prover a defesa de nosso país dando apoio total aos militares".

O próprio presidente do Federal Reserve (FED), o banco central estadunidense, Alan Greenspan, alerta que mesmo com o aumento do investimento e da produção industrial e o baixo impacto do petróleo sobre a inflação no último mês, as finanças públicas devem se deteriorar rapidamente nos próximos anos caso a política de gasto governamental não se altere. Ainda refere-se ao fato de que a pressão sobre os cofres públicos deverá aumentar uma vez que a geração nascida após a Segunda Guerra começa a alcançar a idade de aposentadoria e assim se qualificar para a assistência médica subsidiada.

Neste ano, o governo estadunidense

espera gastar US\$ 2,3 trilhões o que significa que ele tomará emprestado mais ou menos 1 dólar a cada 5 que ele gastar.

No dia 07 de setembro, o Escritório Orçamentário do Congresso relatou que o déficit do orçamento vai aumentar mais na próxima década do que se acreditava originalmente, em parte por causa do aumento nos gastos de defesa.

Esse enorme déficit pode forçar o governo estadunidense a tomar mais empréstimos e assim reduzir a parcela do orçamento que tem como objetivo estimular o crescimento econômico. Além disso, uma possível venda de títulos dos EUA diminui a liquidez do mercado pressionando, por sua vez, um aumento da taxa de juros em velocidade mais elevada do que aquela já programada pelo FED. Isto coloca em risco o crescimento da economia americana que, sendo a maior do mundo, afeta todas as demais.

Um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) de janeiro de 2004 ainda sustenta que o déficit pode abalar a confiança do investidor no dólar e assim este irá procurar investir em outros mercados. A tendência de déficit ajuda a aumentar essa pressão já que “o déficit de conta corrente reflete progressivamente as baixas reservas, em vez do alto percentual de investimentos” segundo o relatório. Há ainda um alerta de que caso aja um ajuste no câmbio este deva ser gradual mas que há o risco deste ser desordenado e isto seria catastrófico para as finanças internacionais uma vez que a dívida externa líquida dos EUA está em um nível recorde e um enfraquecimento da confiança do investidor na moeda estadunidense poderia causar danos dentro e fora do país.

Referência

Sites

BBC News

<http://www.bbc.com.br>

CNN

<http://www.cnn.com>

Fundo Monetário Internacional

<http://www.imf.org>

Site Oficial da Casa Branca

<http://www.whitehouse.gov>

Valor Online

<http://www.valoronline.com.br>

Tensão no Cáucaso

Resenha
Segurança

Layla Dawood
09 de setembro de 2004

Acontecimentos como a queda provocada de aviões no sul da Rússia, as explosões no metrô de Moscou e a recente tomada de reféns na Ossétia do Norte evidenciam o acirramento das tensões na região do Cáucaso.

O governo russo organizou, no dia 29 de agosto, eleições presidenciais antecipadas na Tchetchênia, república localizada na região do Cáucaso¹ e pertencente à Federação Russa. Para substituir Ajmad Kadyrov, assassinado em 9 de maio de 2004, foi eleito, com cerca de 78% dos votos, Alu Aljanov, candidato apoiado pelo Kremlin; o que levantou suspeitas quanto à legalidade do procedimento eleitoral. A Federação Russa foi acusada de, mais uma vez, instituir um “governo fantoche” na região por meio de um procedimento falsamente democrático.

A despeito do assassinato de Ajmad Kadyrov, o qual também possuía o apoio russo, o presidente russo Vladimir Putin afirmava que a situação na Tchetchênia encontrava-se em processo de “normalização”; o que exigiria e justificaria a realização de novo procedimento eleitoral. Contudo, segundo analistas internacionais, acontecimentos recentes, insuflados, em grande medida, pelas políticas do governo russo para o Cáucaso e pelas próprias eleições, vão de encontro ao discurso presidencial, evidenciando o aumento do nível de tensão na região.

No dia 21 de agosto, grupos que defendem a separação da Tchetchênia com relação à Federação Russa tomaram o controle de vários bairros da capital tchetchena, Grozny, causando baixas entre policiais russos e tchetchenos pró-Rússia. Três dias depois, 2 aviões russos caíram, quase simultaneamente, no sul do país, resultando na morte de 89 pessoas. As autoridades russas negaram, de início, a possibilidade de que se tratasse de um atentado terrorista. No entanto, alguns dias depois, o serviço secreto russo – FSP – encontrou vestígios de hexógeno, explosivo de utilização civil e militar, dentre os destroços dos aviões. Posteriormente, o mesmo explosivo foi utilizado em um ataque nas imediações do metrô de Moscou, o qual resultou em cerca de 10 mortos e 51 feridos.

O grupo islâmico Brigadas Islambouli teria assumido a responsabilidade pelos atentados, mas isso ainda não foi confirmado. O grupo teria anunciado, ainda, seu apoio aos muçulmanos da Tchetchênia e prometido novos ataques ao “infel estado russo”.

No dia 1º de setembro, uma escola de Beslan, na Ossétia do Norte (sul da Rússia) foi ocupada por grupos opositores a Moscou, sendo que dados oficiais estimavam um saldo de 350 reféns, incluindo crianças. Verificou-se,

¹ Área montanhosa localizada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio (vide mapa ilustrativo).

posteriormente, que o número de reféns era superior a 1.000 pessoas. De acordo com autoridades russas, dentre as condições colocadas para a liberação dos reféns, encontravam-se a retirada das tropas russas da Tchetchênia e a soltura de participantes dos movimentos oposicionistas ao governo russo ocorridos em junho na região da Inguchétia.

O recurso à tomada de reféns havia sido igualmente utilizado em outubro de 2002, quando um teatro de Moscou foi ocupado por tchetchenos e cerca de 120 pessoas acabaram morrendo devido a gases tóxicos usados por oficiais russos na tentativa de solução da questão. A política do governo russo de controle de tais movimentos tem sido a de não negociação, o que, desde o início, provocava receios quanto à possibilidade de repetição do desfecho de 2002.

A despeito das declarações do presidente Vladimir Putin de que as ações seriam orientadas tendo como prioridade máxima salvar vidas, a tomada de reféns teve fim com a invasão da escola por oficiais russos, resultando na morte de mais de 350 pessoas. Ainda existem controvérsias quanto às razões que levaram à invasão da escola. O governo russo afirma que a ação teria sido inevitável em função de explosões no prédio que provocaram a fuga de reféns seguida de disparos contra estes.

O governo da Rússia qualificou como terroristas tais movimentos, inserindo-os no contexto da chamada “Guerra contra o Terror” e estabelecendo possíveis conexões entre estes e a Al Qaeda. Obteve, nesse sentido, manifestações de apoio do Conselho de Segurança da ONU, também da OTAN e de Israel, entre outros.

Autoridades russas ofereceram uma recompensa de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares) em troca da “neutralização” de Aslan Maskhavadov e Shamil Basayev, líderes separatistas tchetchenos considerados pelo governo russo como responsáveis pela tomada de

reféns na Ossétia do Norte. Afirmaram, ainda, que estariam dispostos a ataques preventivos a instalações terroristas localizadas ou não em território russo. A Geórgia, que igualmente enfrenta instabilidade na Ossétia do Sul e Ajhara, foi acusada, em 2002, pelo governo russo de abrigar terroristas tchetchenos e encobrir suas atividades; o que faz com que não se possa descartar a hipótese de atuação russa neste país.

A escolha de um alvo na Ossétia do Norte (república de maioria cristã) seria justificada pelo apoio desta ao controle russo na região. Além disso, acredita-se que os responsáveis pelo ato sejam provenientes da Tchetchênia e da Inguchétia; fato que, se comprovado, poderia indicar uma tendência à expansão geográfica do conflito.

Além da ameaça à integridade territorial russa, destacam-se aspectos geopolíticos e econômicos que permeiam a questão. A extensão da instabilidade tchetchena às repúblicas russas do Daguestão, Inguchétia e Ossétia do Norte, afora o persistente conflito na vizinha Geórgia, mostra-se prejudicial aos interesses russos, dado o potencial energético da região do Cáucaso. Um gasoduto russo, cuja construção seria originalmente realizada na Tchetchênia, atravessa o território do Daguestão. No entanto, os confrontos na república levaram a uma mudança nos planos russos.

Analistas sustentam que, na realidade, a Rússia enfrentaria movimentos separatistas e/ou de descolonização e que os recentes ataques, bem como a atuação do governo russo na tentativa de resolução do episódio da escola de Beslan, evidenciam não apenas a existência de problemas táticos relativos às forças especiais russas, mas também a falência da estratégia russa de contenção dos mesmos. Por fim, o enquadramento destes movimentos na “Guerra contra o Terror” implicaria em uma escolha política que visa a dar continuidade a estratégia russa

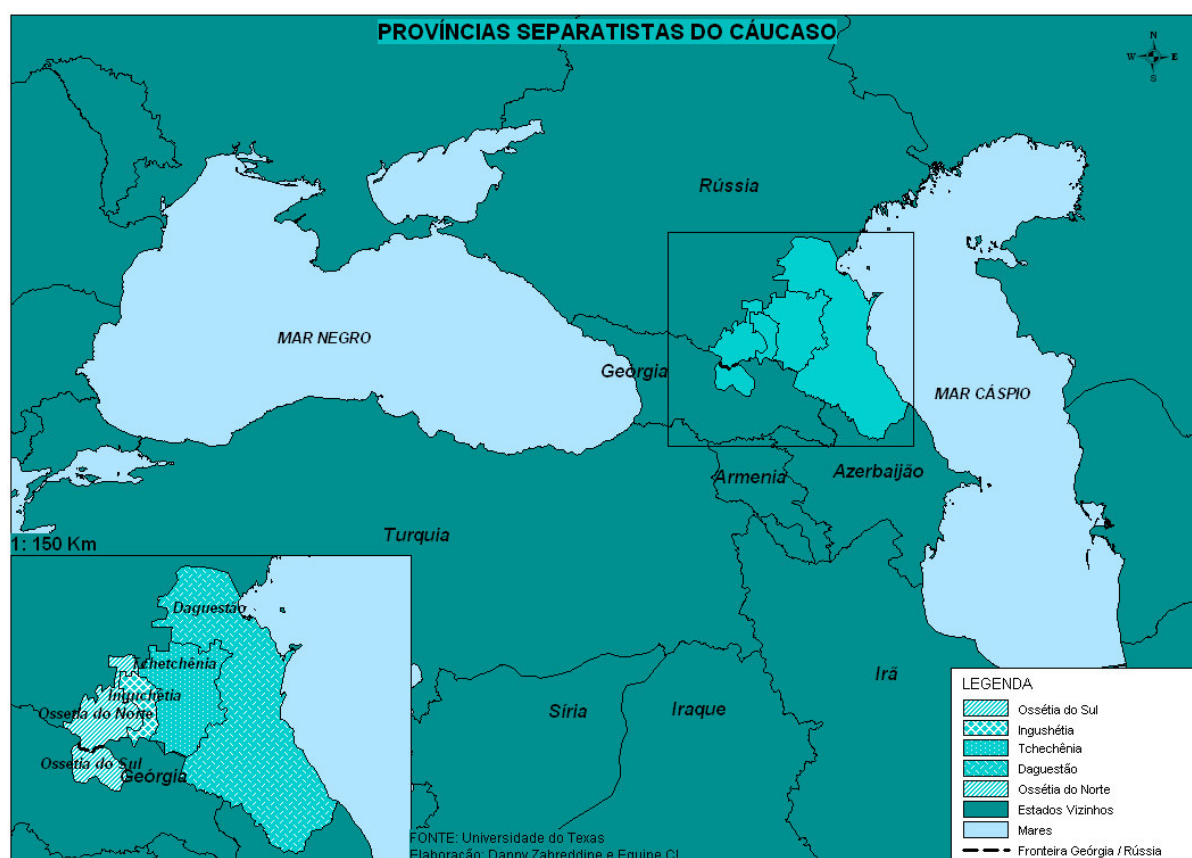
na região e evitar que suas fronteiras sofram mais uma perda, obtendo, para tanto, o apoio da sociedade internacional e, particularmente, dos EUA.

The New York Times –
<http://www.nytimes.com/>

Stratfor –
<http://www.stratfor.com/>

Referência

International Crisis Group –
<http://www.crisisweb.org/>



ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>